



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Tecnologia da Informação - Suporte e Infraestrutura Tecnológica - 0002946-02.2026.6.21.8000
Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 2520510.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de equipamentos e periféricos para suporte às atividades do TRE-RS, compreendendo hubs USB-C, SSDs, cabos HDMI e baterias para notebooks.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação foi efetuado o estudo técnico preliminar, doc SEI n. 2561225, e a análise de riscos, doc SEI n. 2520504.

2.1 Necessidade a ser atendida com a contratação

Para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), é essencial que disponham de equipamentos e periféricos modernos e em boas condições de uso.

A constante evolução tecnológica e o desgaste natural dos dispositivos exigem a reposição periódica de itens fundamentais para o desempenho das atividades institucionais. A aquisição dos materiais listados visa suprir demandas operacionais, melhorar a infraestrutura de trabalho e evitar interrupções nos serviços administrativos e técnicos, assegurando um ambiente adequado para a execução das tarefas diárias.

Hub USB-C: Necessários para possibilitar a utilização dos notebooks em eventos da Justiça Eleitoral Presente, possibilitando a instalação de todos os equipamentos do kit biométrico.

SSD M.2: Para reposição de discos nos desktop Dell 7070 que têm apresentado defeito no disco, principalmente pelo alto uso do Sistema de Segurança da Justiça Eleitoral que demanda uma infinidade de comandos de leitura/gravação no disco durante a utilização do equipamento.

Cabo HDMI: Para reposição de material desgastado/avariado pelo uso.

Baterias para notebooks: Diversos notebooks em uso encontram-se com baterias em estado crítico ou inoperantes, comprometendo a mobilidade dos usuários, a continuidade do trabalho em caso de falta de energia e a utilização adequada dos equipamentos durante deslocamentos ou teletrabalho. Em 2025 foi feita uma tentativa de aquisição que restou frustrada pois a empresa vencedora não realizou a entrega dos equipamentos, conforme documento SEI nº. 2529150.

2.2. Resultados a serem alcançados com a contratação;

Permitir a utilização dos notebooks em atendimentos externos da Justiça Eleitoral;

Substituição de discos para retomar o uso de equipamentos que hoje encontram-se parados em estoque com defeito;

Restauração da mobilidade e autonomia dos notebooks, permitindo que os usuários realizem suas atividades sem dependência exclusiva de energia elétrica.

2.3. Alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional.

A contratação está alinhada com o objetivo "Promover a Gestão de TIC e Soluções Corporativas".

2.4. Previsão no Plano de Contratações

A contratação está prevista no Plano de Contratações, sob o código 21925 - Peças e materiais de reposição.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 Descrição detalhada dos materiais a serem contratados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Termo de Referência - TR - Peças e materiais de reposição (2520510) SEI 0002946-02.2026.6.21.8000 / pg. 1			

1	HUB USB-C com 4 entradas USB-A 3.0 (5Gbps)	un	400
2	SSD-M.2 2280	un	50
3	Cabo HDMI 2.0 1,8m	un	100
4	Bateria Notebook Dell Latitude 5410 - 1V1XF ou R8D7N	un	70

3.2. Especificação técnica mínima

3.2.1 ITEM 1: HUB USB-C/USB-A

- 3.2.1.1 Conexão USB-C;
- 3.2.1.2 Possuir 4 entradas USB-A versão 3.0 com suporte a 5Gbps;
- 3.2.1.3 Cabo com, no mínimo, 15cm;

3.2.2 ITEM 2: SSD M.2

- 3.2.2.1 Interface NVMe;
- 3.2.2.2 Formato M.2 2280;
- 3.2.2.3 Velocidade mínima de leitura sequencial: 3500MB/s
- 3.2.2.4 Velocidade mínima de gravação sequencial: 3000MB/s;
- 3.2.2.5 Capacidade de 500GB;
- 3.2.2.6 Compatível com Dell Optiplex 7070;

3.2.3 ITEM 3: Cabo HDMI

- 3.2.3.1 Padrão HDMI 2.0 ou superior;
- 3.2.3.2 Suporte a resolução 4k à 60Hz;
- 3.2.3.3 Comprimento mínimo 1,8m;
- 3.2.3.4 Conectores com blindagem e banho oxidante.

3.2.4 ITEM 4: Bateria para notebook - modelo 1V1XF:

- 3.2.4.1 Modelo 1V1XF ou R8D7N, ou compatível, desde que comprovada a compatibilidade física e elétrica
- 3.2.4.2 Capacidade mínima 42Wh;
- 3.2.4.3 Tensão 11,4V;
- 3.2.4.4 Corrente 3500 - 4100mAh;
- 3.2.4.5 Composição Íons de Lítio.

3.3. Outros requisitos

3.3.1 Padronização:

- 3.3.1.1 Para cada item, os equipamentos deverão ser fornecidos com a mesma marca e modelo;
- 3.3.1.2 Todos os equipamentos deverão ser da mesma cor;
- 3.3.1.3 Todos os equipamentos deverão estar acompanhados de manual;
- 3.3.1.4 Caso o equipamento não mais se encontre disponível no mercado no momento do pedido, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação.

3.4. Requisitos de sustentabilidade que componham suas especificações

- 3.4.1. O descarte dos materiais pode ocorrer seguindo o padrão para suprimentos de informática ou pode ser substituído por uma doação para uma entidade educacional ou órgão público.
- 3.4.2. Preferência para dispositivos que possuam eficiência energética;
- 3.4.3. Empresas que adotem política de logística reversa ou coleta de resíduos eletrônicos.

3.5. Exigências relacionadas à manutenção, assistência técnica ou garantia, se necessárias;

3.5.1 Garantia

- 3.5.1.1 A garantia será pelo período mínimo de 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo do material, sem prejuízo de eventual garantia superior dada pelo fabricante;
- 3.5.1.2 As unidades que apresentarem defeito durante a garantia deverão ser substituídas no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação do problema;

3.5.1.3 A substituição das unidades que apresentarem defeito se dará sem qualquer ônus ao TRE-RS, inclusive no que se refere aos custos de remessa, transporte e retirada do material.

3.6. Normas legais, regulamentares e convencionais com as quais o objeto contratual deve estar em conformidade

3.6.1. IN P TRE-RS 108/2023 e Lei 14.133/2021.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Prazos contratuais:

4.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do aceite da nota de empenho.

4.2. Forma de execução

4.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues novos, devidamente embalados, no Almoxarifado do TRE/RS, localizado na Rua Duque de Caxias, 350, em Porto Alegre, no período das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira;

4.2.2. A entrega deverá ser agendada junto à Seção de Almoxarifado (SEMOX), pelo telefone (51) 3294-8316, ou por e-mail (almoxarifado@tre-rs.jus.br) com, pelo menos, um dia de antecedência;

4.2.3. Constatada a ocorrência de divergência na especificação ou qualquer tipo de defeito, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar a substituição do equipamento em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da notificação da ocorrência por parte da contratada.

4.3. Obrigações do contratado

4.3.1. Proceder a entrega dos materiais, em conformidade com o quantitativo e especificações constantes neste Termo de Referência;

4.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);

4.3.3. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

4.3.4. Responder por todos os ônus, diretos e indiretos, incidentes no fornecimento dos materiais, inclusive aqueles referentes à embalagem, seguros, taxas, fretes, transporte, descarga e demais encargos.

4.4. Obrigações do contratante, incluindo aquelas relacionadas a critérios de sustentabilidade;

4.4.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

4.4.2. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.4.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.4.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

4.4.5. Entregar os equipamentos, cobertos pela garantia, para manutenção.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Formalização da contratação

5.1.1. A contratação será formalizada por meio da emissão da nota de empenho de despesa, que será enviada por meio eletrônico.

5.1.2. O aceite na nota de empenho deverá ser manifestado pela CONTRATADA no prazo de 01 (um) dia útil, contado da comprovação do recebimento do documento.

5.1.2.1. Não ocorrendo expressamente a aceitação da nota de empenho recebida pela CONTRATADA, no prazo acima determinado, a aceitação será entendida como tácita.

5.1.2.2. A recusa na aceitação da nota de empenho deverá ser expressa, escrita e justificada e será submetida à autoridade competente que procederá à análise dos motivos acostados pela CONTRATADA, decidindo acerca da aceitabilidade ou não da justificativa.

5.1.2.3. Caso a justificativa não seja encaminhada na forma descrita ou esta não seja aceita pela autoridade competente, sujeitará a CONTRATADA às penalidades cabíveis.

5.2. Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato

5.2.1. A gestão do contrato será realizada de acordo com a Instrução Normativa IN P 110/2023 do Tribunal Regional Eleitoral do RS.

5.3. Mecanismos de comunicação

A comunicação entre as partes se dará por escrito, por meio de e-mails endereçados aos gestores do contrato designados pelas partes.

5.4 Conta depósito vinculada

Não se aplica.

5.5. Recebimento provisório e definitivo

5.5.1. O recebimento dos materiais será feito em duas etapas, conforme abaixo:

5.5.1.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação. No local de entrega, o fiscal designado ou seu substituto fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado nas Notas de Empenho e Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso desta última a data da entrega do bem e, se for o caso, as imperfeições, falhas ou irregularidades observadas;

5.5.1.2. Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor designado ou comissão que procederá ao recebimento, após comunicação do fiscal ou de seu substituto de que as especificações e as qualificações dos produtos entregues estão em conformidade com o exigido neste Termo de Referência.

5.5.2. O método de avaliação da conformidade dos materiais, a ser realizado pelo fiscal designado ou por seu substituto, será o seguinte:

5.5.2.1. Avaliação que consiste na realização de observações físicas, visando comprovar a compatibilidade do material ofertado com a especificação constante neste Termo de Referência.

5.5.3. Os materiais que forem recusados no recebimento, por imperfeições, falhas ou irregularidades, deverão ser substituídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da notificação formal, sem qualquer ônus para o TRE-RS.

5.6. Procedimentos de encerramento e transição contratual

Não se aplica.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Não se aplica.

7. PAGAMENTO

7.1. Realizado o recebimento definitivo dos materiais, a CONTRATADA deverá emitir o documento fiscal no valor correspondente, o qual será encaminhado para pagamento, por intermédio de ordem bancária.

7.2. Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

7.3. O prazo para o pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.3.1. Caso o valor ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/21, o prazo para o pagamento será de até 10 (dez) dias úteis.

7.3.2. Os pagamentos estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a CONTRATADA incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

7.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$

$I = (6/100) / 365$

8. SANÇÕES

Comete infração administrativa o licitante, adjudicatário ou contratado que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do Termo de Referência - TR - Peças e materiais de reposição (2520510)

caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2. Na hipótese de atraso na entrega do material, a contratada estará sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação objeto do atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.

8.3. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto contratado, a contratada estará sujeita a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada.

8.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada àquele que praticar quaisquer das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art.155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o apenado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 8.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção

9.1.1 O critério de julgamento para a seleção do fornecedor será o de menor valor por item.

9.1.2. Na apresentação de sua proposta, o licitante deverá indicar a marca e o modelo do objeto ofertado, mediante apresentação de catálogo original do objeto, ou indicar o site no qual conste o objeto com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

9.1.2.1. Na hipótese de indicação de site, a licitante deverá descrever o caminho completo (passo a passo) para se chegar especificamente ao objeto ofertado.

9.2. Requisito para seleção dos fornecedores

Os requisitos de habilitação são aqueles padronizados para contratações deste tipo de objeto.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os valores estimados para cada item da contratação foi informado no ETP, documento 2561225, e poderá atualizado mediante pesquisa de preços realizada pela SECOD.

11. INDICAÇÃO DO CÓDIGO SIASG

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIASG
1	Hub USB-c para 4 USB-A 3.0 5Gbps	628830
2	Disco SSD NVME M.2 500 GB	627122
3	Cabo HDMI	479549
4	Bateria para notebook - modelo 1V1XF	482929

12. ANEXOS

Não se aplica.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

LEANDRO BARBOZA REMBOLD
Integrante Demandante/Técnico

JANICE MARTINS FIALA
Integrante Técnico

MARIA REGINA SCHERER SOCCOL
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Scherer Soccol, Assessora**, em 17/04/2026, às 18:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Barboza Rembold, Técnico Judiciário**, em 17/04/2026, às 18:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Janice de Souza Martins Fiala, Técnico Judiciário**, em 17/04/2026, às 18:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2520510** e o código CRC **A599A0C1**.

Rua Sete de Setembro, 730 - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-190
www.tre-rs.jus.br - Fone: 3294 8404